



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90012/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.0.000026881-0)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por meio da Assessoria Técnica de Licitação, sediada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, torna público que realizará a licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para registro de preços, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 8.538/2015, da IN SEGES/ME Nº 73/2022, e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 11 de junho de 2026, às 11h00 (horário de Brasília)

Endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

CONTRATANTE (UASG): 070017

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 212.179,80

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: não

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para eventual aquisição de persianas com serviço de instalação incluído**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os licitantes deverão SEMPRE observar as especificações contidas no Termo de Referência, considerando que pode haver divergência com a especificação constante no sistema (CATMAT).

1.2. A licitação será realizada por itens, podendo o licitante participar em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA

Anexo I.I - LOTES E ÁREAS ESTIMADAS (M²)

Anexo I.II - FORMULÁRIO DE MEDIÇÃO PRELIMINAR

Anexo I.III - FORMULÁRIO DE INSTALAÇÃO

Anexo I.IV - LOCAIS DE INSTALAÇÃO

Anexo I.V - IMAGEM DEMONSTRATIVA DA PERSIANA

ANEXO II - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ANEXO III - PROPOSTA PADRÃO

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão informar-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O licitante se responsabilizará pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

2.1.3. O licitante se responsabilizará pelos atos praticados diretamente ou por representante seu, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de acesso.

2.1.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no **subitem 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, uma vez que as informações cadastrais, em especial os telefones e endereço de e-mail, poderão ser utilizados por este Tribunal para todos os fins, inclusive para envio documentos e notificações.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP e microempreendedor individual - MEI, conforme o disposto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e Decreto nº 8.538/2015.

2.2.1. **Para todos os itens a participação será exclusiva para ME/EPP ou equiparadas.**

2.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP ou equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. **Não poderão participar desta licitação:**

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, isoladamente ou em consórcio, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.3.2.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.3.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos a que se refere o **subitem 2.3.2** poderá participar no apoio das atividades de planejamento, de execução da licitação ou de gestão da contratação, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos deste órgão.

2.3.2.3. O disposto no **subitem 2.3.2** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.3.3. Pessoa física ou jurídica que esteja impedido de participar de licitação e celebrar contratos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

2.3.3.1. O impedimento do subitem acima também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos **5 anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme Portaria GP TRE-RJ nº 18, de 06/03/2023.

2.3.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato o agente público deste órgão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1. O licitante cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

3.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.1.2. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **preço unitário e total por item, fabricante e marca/modelo**, já considerados e incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.1.3. **O fornecedor pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração, nos termos do art. 5º da IN SEGES/ME Nº 116/2021.**

3.1.3.1. **O valor de que trata o subitem anterior será subtraído do preço da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).**

3.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

3.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.4.1 Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.5.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante enquadrado como ME/EPP ou equiparadas deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

3.6.1 No item exclusivo para participação de ME/EPP ou equiparadas, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME/EPP ou equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que ME/EPP ou equiparadas.

3.7. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 3.5 e 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu preço final mínimo quando do cadastramento da proposta, nos termos do art. 19 da IN SEGES/ME Nº 73/2022, obedecendo às seguintes regras:

- 3.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de preços entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o preço final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.8.3. O preço final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado, preço superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema; e
- 3.8.4. O preço final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para este Tribunal, podendo ser disponibilizado somente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 4.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 4.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 4.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas e somente estas participarão da fase de lances.
- 4.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 4.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.6. O lance deverá ser ofertado pelo **preço unitário por item**.
- 4.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, sempre de preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.
- 4.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.10. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 4.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **10 minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 4.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 4.10.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no **subitem 4.10.2**, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.14. Caso haja desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
 - 4.14.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) com o sistema persistir por tempo superior a **10 minutos**, a sessão deverá ser suspensa e sua continuidade agendada respeitando o limite mínimo de **24 horas**, contados da comunicação no "chat".

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 5.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de ME/EPP ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
 - 5.1.1. Nessas condições, as propostas de ME/EPP e equiparadas, que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.1.2. O licitante melhor classificado nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 minutos**, contados após a comunicação automática do sistema.
 - 5.1.3. Caso a ME/EPP e equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais ME/EPP e equiparadas que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
 - 5.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP e equiparadas, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
 - 5.1.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.2. O critério de desempate previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), será aplicado quando houver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, no que couber e na seguinte ordem:
 - 5.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](#);
 - 5.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - a) empresas brasileiras;

- b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Encerrada a fase de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

6.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado for desclassificado.

6.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.2. Será verificado, ainda, se o licitante melhor classificado atende às condições de participação previstas no **item 2**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação no certame ou sua futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS / Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União - CGU (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

b) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

6.2.1. A consulta ao CEIS será realizada no nome e no CNPJ da licitante e também no CPF do seu sócio majoritário, se houver, considerando as sanções previstas na [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.2.2. Constatada existência de sanção, o licitante será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.2.3. Caso conste no SICAF apontamento de "Ocorrência Impeditiva Indireta" do licitante com empresa impedida de licitar e contratar com a União ou declarada inidônea, será realizada diligência para verificar indícios de fraude à Lei de Licitações, através dos seguintes meios, dentre outros :

- a) vínculos societários;
- b) linhas de fornecimento similares ou atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

6.2.4. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) consignará no “chat” as ocorrências levantadas e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, para que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica penalizada sejam estendidos ao licitante.

6.2.5. Diante da presença de indícios de ilícito, o(a) Pregoeiro(a) consignará no “chat” e submeterá os autos para análise da autoridade superior, que poderá, observado o contraditório e a ampla defesa, desconsiderar a personalidade jurídica do licitante, para que todos os efeitos da sanção aplicada à pessoa jurídica penalizada lhe alcancem, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.6. Caso haja desconsideração da personalidade jurídica do licitante, este será desclassificado, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP ou equiparadas, terá sua condição verificada, mediante consulta ao PNCP para verificar se os contratos celebrados pelo licitante não extrapolam o limite da Lei Complementar 123/2006.

6.3.1. Constatada a superação do limite previsto no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) concederá ao licitante a oportunidade de se manifestar com vistas a demonstrar seu correto enquadramento como ME/EPP ou equiparadas.

6.4. As propostas finais, enviadas após a etapa de lances, serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao(s) limite(s) unitário(s) e total(is) máximo(s) estipulado(s) no **Anexo II** do Edital, observado o critério de julgamento de **menor preço unitário do item**.

6.5. O licitante melhor classificado deverá enviar, no prazo de **2 horas**, a contar da convocação pelo sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta:

6.5.1. Proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme **Anexo III**. Todas as especificações do objeto contidas na proposta final, tais marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a contratada.

6.5.2. Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do Termo de Referência.

6.5.2.1. A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste Edital ou nos casos em for possível a verificação das características por outros meios.

6.5.3. O prazo previsto no subitem 6.5 poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que devidamente justificado e aceito pelo(a) pregoeiro(a) ou de ofício, a critério do mesmo, quando constatado que o prazo estabelecido não for suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

6.6. **Da amostra:** deverá ser apresentada **uma peça de persiana completa**, medindo **1 metro x 1 metro**, no prazo de até **10 dias úteis**, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema, para verificação da conformidade do material com as especificações constantes no Termo de Referência

6.6.1. A entrega da amostra deverá ser efetuada na Seção de Manutenção do TRE/RJ (SEMANT), situada na Avenida Brasil, nº 2540, Benfica, Rio de Janeiro – RJ, Cep 20930-040, telefone (21) 2589-0970, no horário de 9h00 a 16h00, devendo estar devidamente identificada com o nome da empresa, o número do pregão e o item a que se refere.

6.6.2. A amostra será analisada por equipe técnica designada pela Secretaria de Serviços Gerais do TRE/RJ, no de **3 dias úteis**, a contar do seu recebimento.

6.6.3. A amostra aprovada não poderá ser deduzida do quantitativo a ser fornecido.

6.6.4. O licitante poderá solicitar a devolução da amostra fornecida (aprovada ou reprovada). Contudo, destaca-se que a amostra poderá sofrer pequenas alterações, pois será instalada de forma provisória.

6.6.5. As despesas de envio e devolução da amostra serão de responsabilidade do licitante.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo OU inferior ao desconto definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, considera-se indício de inexequibilidade das propostas os valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecução prevista acima somente será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Erros no preenchimento da(s) planilha(s) não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo estas serem ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo(a) Pregoeiro(a), desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

6.10. Se a proposta apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às exigências do Edital e anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, técnica e econômico-financeira será verificada, através de consulta ao SICAF (nos níveis de cadastro I ao VI), conforme a documentação especificada neste item.

7.1.1. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.1.2. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.

7.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema, no prazo de **2 horas**, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou mediante solicitação formal do licitante.

7.1.4. A verificação de documentos de habilitação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

7.2. Documentação exigida para **habilitação jurídica, conforme o caso:**

7.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente.

7.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

7.2.4. **Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.3. Documentação exigida para **habilitação fiscal, social e trabalhista:**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União- DAU, por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).

7.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

7.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - CNDT.

7.3.5. Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.3.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do 7º da Constituição Federal prestada, eletronicamente, na fase de cadastramento da proposta.

7.4. Documentação exigida para **qualificação econômico-financeira:**

7.4.1. Certidão negativa de falência ou de insolvência civil, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.5. No caso de participação de cooperativas, desde que atendidos os requisitos previstos no [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#), será exigida a seguinte documentação complementar:

7.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

7.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.5.4. O registro previsto no [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

7.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.6. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal. Caso o estabelecimento não seja cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste.

7.7. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP ou equiparadas, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

7.7.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

7.7.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Em caso de dúvida em relação à integridade de documento digital apresentado durante certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar o envio dos documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**, para endereço informado no **subitem 15.1** deste Edital.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou à inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, conforme o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do sistema, no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), que não poderá ser inferior a **10 minutos**, sob pena de preclusão.

8.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 dias úteis**, contado da data da intimação pelo sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação através do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada as fases de julgamento de habilitação e de recurso, quando houver, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação da licitação, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

9.3. Preliminarmente à contratação, será verificado se o licitante encontra-se regular no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, conforme determinação do art. 6º na Lei nº 10.522/2002, alterada pela Lei nº 14.973/2024.

9.3.1 A irregularidade junto ao CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos.

9.3.2. Constatada a irregularidade, será concedido o prazo de **5 dias úteis** para a regularização dos débitos apontados no cadastro.

9.3.3. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificada e aceita pelo TRE-RJ.

10. DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após o término da fase de habilitação, até que o sistema esteja automatizado, o(a) Pregoeiro(a) convocará, via chat geral do sistema, os licitantes interessados em compor o cadastro de reserva da futura ata de registro de preços, para se manifestarem, no prazo de **24 horas**, através do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

10.1.1. Os licitantes poderão manifestar interesse em aceitar cotar o objeto com preço igual ao do(s) licitante(s) vencedor(es), observada a classificação na licitação; ou manter o preço da sua proposta original, com vistas a formação do cadastro de reserva.

10.1.2. A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor.

10.2. Para formalização da ata de registro de preços deverão ser observadas as seguintes condições:

10.2.1. O registro do preço e do quantitativo do item, ao qual o adjudicatário se obriga a fornecer;

10.2.2. O registro, na forma de anexo, dos licitantes que: a) aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; e b) mantiveram sua proposta original.

10.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.3. O registro a que se refere o **subitem 10.2.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

10.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.

10.5. Homologado o resultado da licitação, o licitante adjudicatário terá o prazo de **3 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme **Anexo IV**, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada do licitante vencedor e aceita pela Administração, desde que dentro do prazo inicial.

10.5.2. A ata de registro de preço será assinada por meio digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.5.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência.

10.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no subitem anterior, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.6.1. Caso nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

10.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.8.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.9. É vedada a participação deste Tribunal em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

10.10.Foi dispensado o procedimento público de intenção de registro de preços, conforme justificativa constante no **subitem 10.2** do Estudo Técnico Preliminar.

10.11.As demais regras referentes ao registro de preços constam na minuta de Ata de Registro de Preços - **Anexo IV** do Edital.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1.As contratações, quando ocorrerem, serão formalizadas por meio de Contrato - **Anexo V** do Edital. Este(s) documento(s) será(ão) encaminhado(s) para o e-mail do licitante e deverá ser assinado ou no prazo de **3 dias úteis**, a contar da data do envio.

11.1.1.O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo TRE-RJ.

11.1.2.Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante o uso da certificação digital ICP-Brasil.

11.1.3. A não assinatura do contrato, no prazo acima, implica a desistência da contratação, ficando o licitante sujeito à aplicação das sanções previstas neste Edital.

11.2.Para fins de formalização ou prorrogação contratual, será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, se o licitante/contratado mantém as condições de participação e habilitação exigidas no edital, bem como a regularidade perante o CADIN.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1.O licitante pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

12.1.2.Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar a documentação complementar exigida com a proposta;

12.1.3.Não celebrar o contrato ou aceitar instrumento equivalente ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.4.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5.Fraudar a licitação.

12.1.6.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.7.Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8.Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2.Para as infrações mencionadas no **subitem 12.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;

II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10%;

III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor total do contrato;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações dos **subitens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8** e, não obstante, para as infrações dos **subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

12.3. A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

12.4. A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

12.5. A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

12.5.1.Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

12.5.2.Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

12.6.1.Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.6.2.Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

12.7. O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

12.7.1.Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.7.2.Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.

12.7.3.As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

12.8.A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

12.9.A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

12.10.Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

12.10.1.A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

12.10.2.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11.A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

12.12. A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

12.12.1.A sanção pelas infrações previstas nos **subitens 12.1.4 e 12.1.8** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.13.Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

12.14. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as infrações mencionadas no **subitem 12.1** também poderão ser aplicadas aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1.Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou solicitar esclarecimento, devendo encaminhar o pedido em até **3 dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente, por meio do e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

13.2.O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre a impugnação ou o pedido de esclarecimento no prazo de até **3 dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3.As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema Compras.gov.br e no Portal da Transparência do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

13.4.As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

13.6.Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO REAJUSTE

14.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **05/05/2026**.

14.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.A Assessoria Técnica de Licitação, localizada na Rua da Alfândega, nº 41, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.061-021, está disponível para atendimento ao público, em dias úteis, no horário de 11h00 a 19h00, através dos telefones: **(21) 3436-8155 / 8156 / 8157** ou e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

15.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3.Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4.É facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanar ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

15.5.No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

15.6.Os casos omissos e dúvidas suscitadas neste Pregão serão resolvidos com base nos princípios, na doutrina e na legislação em vigor.

15.7.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.9.Para dirimir qualquer controvérsia decorrente deste certame, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro competente da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro.

ANEXO I - TERMO REFERÊNCIA E ANEXOS ANEXO I.I, ANEXO I.II, ANEXO I.III, ANEXO I.IV e ANEXO I.V

ANEXO II - QUADRO ESTIMATIVO DE PREÇOS

ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OS ANEXOS SERÃO PUBLICADOS JUNTAMENTE COM O EDITAL

ANEXO III - PROPOSTA PADRÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 90012/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de persianas com serviço de instalação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	m2	254,10		
2	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	m2	214,72		
3	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p>	m2	53,40		

	<p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>				
4	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	m2	110,64		
5	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	m2	19,08		
6	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p>	m2	69,30		

	Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.				
7	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	m2	14,38		

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de atendimento das Resoluções CNJ nº 07/2005 e nº 229/2016, que não constam no quadro societário desta empresa cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Estamos cientes que a vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização, bem como que a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

NOME CONTATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Obs.1: Informar CNPJ da matriz ou da filial que executará o objeto, para fins de verificação da regularidade fiscal.

Obs.2: Os dados cadastrais e de contato da empresa deverão estar atualizados.

(Local), de de

(assinatura)

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, CNPJ nº 06.170.517.0001-05, situado na Rua da Alfândega, 42, Centro, neste ato representado pela Diretora-Geral Eline Iris Rabello Garcia da Silva, ou, em sua ausência, pelo Diretor-Geral em substituição Rodrigo da Rocha Camargos, com fundamento no art. 9º, inciso XXVI do Regulamento Interno da Secretaria deste Tribunal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90012/2026, processo administrativo nº .2025.0.000026881-0, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de persianas com serviço de instalação incluído, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE MÁXIMA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

2.2. A listagem do(s) fornecedores integrantes do cadastro de reserva da presente ata, caso haja interessado, constará como anexo a esta Ata.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará este Tribunal a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços do TRE-RJ na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
 - 4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
 - 4.1.3. Consulta e aceitação prévia do fornecedor.
- 4.2. O TRE/RJ não realizará análise administrativa e/ou jurídica da justificativa da vantagem e da demonstração da compatibilidade dos preços, cabendo tal encargo à autoridade competente do órgão ou entidade solicitante.
- 4.3. O TRE-RJ poderá rejeitar adesões que possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do TRE-RJ, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até **90 dias**, observado o prazo de vigência da ata.
 - 4.4.1. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

- 4.5. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50%** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ARPE DO CADASTRO DE RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. Além do adjudicatário discriminado no item 2, integram esta ata os licitantes que compõem o cadastro de reserva, na ordem de classificação constante no Anexo I desta Ata.

5.2.1. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas hipóteses de cancelamento do registro do licitante ou do preço previstas no **item 10**.

5.2.2. Na convocação para contratações de licitantes remanescentes, será respeitada a ordem de classificação registrada nesta ata, que considerará a reclassificação daqueles que aceitarem o preço do adjudicatário, mantendo, para os demais licitantes, a ordem de classificação da licitação.

5.3. A presente ata de registro de preços será divulgada no PNCP e ficará disponibilizada durante toda a sua vigência.

6. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES ADVINDAS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A contratação com os fornecedores registrados na presente ata será formalizada por intermédio de termo de contrato, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021, o qual deverá ser assinado/recebida no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar um exercício financeiro.

6.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2.2. No caso de licitação por grupo, a contratação posterior de item isolado, cujo preço não tenha sido o menor ofertado no certame, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

6.2.3. A pesquisa de mercado deverá ser realizada na primeira contratação, observados os critérios e prazos estabelecidos na IN GP nº 08/2019 do TRE-RJ.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7. DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. A validade da ata de registro de preço poderá ser prorrogada uma única vez e por período igual ao da vigência inicial, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.1.2. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo a ser renovado.

8. DA ALTERAÇÃO OU DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. Na hipótese de previsão no Edital ou nos seus anexos de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

8.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE-RJ convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-RJ procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o TRE-RJ atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos preços praticados pelo mercado.

9.2.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o TRE-RJ indeferirá o pedido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 10**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o TRE-RJ convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **subitem 5.2.1** desta Ata.

9.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o TRE-RJ procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese do subitem 9.2.3 desta Ata; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o TRE-RJ poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 10.2.O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 10.1** será formalizado mediante despacho, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRE-RJ poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4.O TRE-RJ poderá cancelar os preços registrados, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.4.1.Por razão de interesse público;
 - 10.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 10.4.3.Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, §3º e 27, §4º, ambos do Decreto nº 11.462/2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1.O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital. 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido, injustificadamente, após terem assinado a ata.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, data da última assinatura digital.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

CONTRATADA

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº - CADASTRO DE RESERVA DE LICITANTES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	QTD	PREÇO UNITÁRIO
1	Nome do integrante do cadastro de reserva classificado em 1º lugar	Nº do CNPJ do fornecedor	Quantidade registrada	Preço unitário do item
2	Nome do integrante do cadastro de reserva classificado em 2º lugar	Nº do CNPJ do fornecedor	Quantidade registrada	Preço unitário do item
3	Nome do integrante do cadastro de reserva classificado em 3º lugar	Nº do CNPJ do fornecedor	Quantidade registrada	Preço unitário do item

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO V

CONTRATO Nº __/202__

Processo nº ____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E (licitante vencedora), PARA AQUISIÇÃO DE PERSIANAS COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO.

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, com sede na Rua da Alfândega, 42, 6º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Diretora Geral Eline Iris Rabello Garcia da Silva, ou, em sua ausência, pelo Diretor-Geral em substituição Rodrigo da Rocha Camargos, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato da Presidência nº 374, de 17/12/2025, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, (licitante vencedora), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme docs. SEI, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90012/2026, instruído no Processo nº 2025.0.000026881-0, vinculado aos Edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é **aquisição de persianas com serviço de instalação incluído**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA/ MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE
------	-------------------------	------------------	---------	------------

1

1.2. O objeto será executado pontualmente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, ressalvado o período de garantia previsto na cláusula quinta.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O preço total da contratação é de R\$..... (.....).

3.2. No preço acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-RJ no Orçamento Geral da União. Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral. Natureza da despesa:, conforme Nota de Empenho nº ____/____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. A garantia e a assistência técnica deverão ser prestada pelo fornecedor, com o prazo de, **no mínimo, 12 meses**, contados da data do recebimento definitivo do material.

5.2. É obrigação da contratada prestar assistência técnica nas dependências do TRE-RJ ou, não sendo possível sanar o defeito do no local em que se encontra instalada a persiana, retirá-la para conserto externo, sem qualquer ônus, inclusive de frete, para o TRE-RJ.

5.3. Os chamados de assistência técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de 72 horas úteis, após a comunicação do TRE/RJ. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade pelos bens retirados para conserto, responsabilizando-se pelo transporte e guarda.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**6.1. São obrigações do Contratante:**

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

6.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.7.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. São obrigações do Contratada:

6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas neste Contrato e no Termo de Referência - Anexo I e seus anexos.

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação de parcela(s) do objeto, quando previsto no Termo de Referência.

6.2.5.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.2.6. Exigir os prestadores de serviço observem as disposições constantes no Código de Ética do TRE-RJ, instituído por meio da Resolução nº948/2016 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Resoluções do TRE-RJ - selecione ano: 2016 e palavra chave: 948).

6.2.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.2.8. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021.

6.2.9. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.2.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2.11. Observar e cumprir a Resolução CNJ nº 351/2021 que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive, no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncia, dando-lhes ciência do protocolo de acolhimento acessível no endereço <https://www.tre-rj.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comites-e-comissoes/outras-comites-e-comissoes/cpeasse/cpeasse-comissao-de-prevencao-e-enfrentamento-do-assedio-moral-e-sexual-do-tre-rj>.

6.3. São obrigações comuns das partes:

6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa Eletrônica/instrumento contratual.

6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. As condições para medição e liquidação e pagamento encontram-se disciplinadas no **item VII** - Critérios para Medição dos Resultados e Aferição de Qualidade dos Serviços Prestados - **do Termo de Referência - Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **05/05/2026**.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

9.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento e garantia do objeto, bem como as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, constam no Termo de Referência- Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O contratado pode ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.1.1. As infrações descritas neste subitem somente estarão caracterizadas após o decurso dos prazos/limites fixados para item análogo do Instrumento de Medição de Resultados, se houver.

10.2. Para as infrações mencionadas no **subitem 10.1**, serão aplicáveis as seguintes sanções:

I - advertência, em caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar sanção mais grave;

II – multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução, equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10%;

III- multa administrativa, de 0,5 a 30% sobre o valor total do contrato;

IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, para as infrações das **alíneas "b", "c" e "d"** do **subitem 10.1**, quando, pela gravidade, a aplicação de multa for insuficiente;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de três a seis anos, exclusivamente para as infrações das **alíneas "e", "f", "g" e "h"** do **subitem 10.1** e, não obstante, para as infrações das **alíneas "b", "c" e "d"** quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

10.3. A dilação de prazo, quando autorizada pelo setor solicitante, será considerada para a avaliação de eventual atraso, em observância ao princípio da boa-fé.

10.4. A multa administrativa pode ser aplicada de forma isolada ou cumulativa com as demais penalidades.

10.5. A apuração de infrações ocorrerá mediante processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

10.5.1. Quando o dano causado for insignificante ou a penalidade pecuniária eventualmente aplicável não justificar o custo operacional do apuratório, a administração poderá, com base nos princípios da proporcionalidade e eficiência, decidir pela não instauração do apuratório.

10.5.2. Na aplicação de sanções, serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias atenuantes e agravantes (inclusive os antecedentes da contratada); os danos causados à administração; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. O procedimento que envolver possível aplicação de multa administrativa observará o seguinte:

10.6.1. Será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de sua intimação.

10.6.2. Caso não existam faturas próximas suficientes para garantir eventual penalidade pecuniária ou se a gravidade da infração assim justificar, o TRE-RJ poderá acautelar até 30% do valor da fatura, condicionando a liberação do valor retido à conclusão do apuratório.

10.7. O procedimento que envolver possível aplicação de impedimento e declaração de inidoneidade observará o seguinte:

10.7.1. Será conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor ou o contratado para, no prazo de **15 dias úteis**, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7.2. Caso o pedido de produção de novas provas seja deferido ou juntadas provas consideradas indispensáveis pela comissão, o fornecedor ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 dias úteis** contado da intimação.

10.7.3. As provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas deverão ser indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada.

10.8. A aplicação de penalidades não obsta o desconto dos valores relativos às parcelas não executadas dos serviços nem exclui a obrigação de reparação integral do dano causado.

10.9. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras.

10.10. Após regular processo administrativo, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, conforme o caso, no CNEP e/ou no CEIS, devendo a implementação das penalidades pecuniárias observar o seguinte:

10.10.1. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrada administrativamente, estando a contratada sujeita a juros moratórios de 1% ao mês caso não realize o respectivo recolhimento no prazo de **5 dias úteis** a contar da intimação da decisão punitiva.

10.10.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, na forma do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. A reabilitação do fornecedor ou contratado exigirá, cumulativamente, as seguintes condições, em consonância com o art. 163 da Lei nº 14.133/2021:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos acima.

10.12.1. A sanção pelas infrações previstas nas **alíneas "e" e "h" do subitem 10.1** exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.13. Quando as circunstâncias do caso concreto e a baixa gravidade da infração e do dano justificarem, a aplicação de penalidade pode ser substituída por soluções consensuais ou de ajustamento de conduta, mediante intervenção da Assessoria Jurídica, em consonância com disposto nos art. 151 da Lei de Licitações e art. 26 da LINDB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ASSINATURAS

14.1. As partes expressamente concordam que este instrumento pode ser assinado digitalmente, nos termos da Lei nº 14.063/2020, sendo dispensadas as testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for verificável em provedor de assinaturas, e sendo considerada como data de assinatura deste documento aquela em que ocorrer a última assinatura digital das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

15.1. Caberá ao Contratante a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º da Lei nº 12.527/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato que não puder ser composta por conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado, assinado pelas partes.

Rio de Janeiro, data da última assinatura digital das partes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**CONTRATADA**

Rio de Janeiro, 26 de maio de 2026.

REJANE LOPES DE OLIVEIRA
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 26/05/2026, às 14:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5025391** e o código CRC **53FC6647**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE ENGENHARIA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1.1 Registro de Preços para eventual aquisição de persianas com serviço de instalação incluído, classificado como bem comum, conforme as especificações e condições estabelecidas neste documento e seus anexos:

Item	Descrição/Especificação	CATMAT/Classe	Unid	Qtde.	Referência Marca/Modelo
1	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	416299 / 7230	m ²	254,10	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar
2	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p>	416299 / 7230	m ²	214,72	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar

	<p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>				
3	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	416299 / 7230	m ²	53,40	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar
4	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p>	416299 / 7230	m ²	110,64	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar

	<p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>				
5	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	416299 / 7230	m ²	19,08	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar
6	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou</p>	416299 / 7230	m ²	69,30	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar

	<p>frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>				
7	<p>PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA; TIPO: Persiana Horizontal Externa; MODELO: Lâmina de Alumínio 25 mm; Material das lâminas: Alumínio com espessura mínima de 0,21 mm; Acabamento: Pintura a pó (poliéster) aplicada a seco em estufa; Cor: Cinza-claro (tonalidade coordenada com os demais componentes);</p> <p>Característica técnica: Lâmina com curvatura elástica de até 180°, com retorno à posição original sem deformações permanentes (efeito mola); Sobreposição entre lâminas: Mínima de 2,5 mm; Distância máxima entre lâminas: 22,5 mm.</p> <p>Trilhos Superior e Inferior: Material: Alumínio com espessura mínima de 0,50 mm; Cor: Cinza-claro, coordenada com as lâminas; Fixação das tampas laterais: Polipropileno em cor coordenada, para acabamento dos trilhos. Cordões e Cintas de Acionamento: Material: 100% poliéster; Cor: Coordenada com a cor da persiana;</p> <p>Bastão de Acionamento: Material: Acrílico transparente; Tipo de acionamento: Rotativo, para orientação das lâminas; Sistema de recolhimento: Cordão de poliéster com mecanismo interno de recolhimento. Sistema de Fixação Tipo: Fixação superior (teto) ou frontal (parede), conforme a necessidade do ambiente; Distanciamento mínimo: 2 cm em relação ao vão da janela ou aos montantes da esquadria; Suportes: Fabricados em aço galvanizado, com sistema de encaixe compatível com a instalação proposta.</p> <p>Normas Técnicas e Qualidade: Produto em conformidade com a norma ABNT/NBR 16007 – Persiana Horizontal. Todos os materiais devem apresentar resistência mecânica e estabilidade dimensional adequadas às condições de uso externo.</p>	416299 / 7230	m ²	14,38	Persianas Hunter Douglas do Brasil ou similar
	Área total		m ²	735,61	

1.2 O objeto será parcelado em 7 itens devido a localização dos imóveis no Estado, conforme discriminado no anexo I (id 4914020). O quantitativo de cada item corresponde a estimativa do lote correspondente. Item 1- lote 1; item 2 – lote 2; Item 3- lote 3; item 4 – lote 4; Item 5- lote 5; item 6 – lote 6; item 7 – lote 7.

1.3 Todos os itens seguem a especificação padrão do TRE-RJ, conforme descrição no quadro acima e figura id 4881024.

1.4.1 Os quantitativos descritos nos itens 1 a 7 são estimativas e serão confirmadas e ratificadas após a medição preliminar e a medição definitiva, conforme será detalhado no tópico V deste Termo de Referência (TR).

1.4.2 Também os locais para instalação poderão sofrer modificações dentro de cada item conforme os anexos I (id 4914020) e IV (id 4914066)

1.5 Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

1.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria Presidência nº 30, de 20 de junho de 2022.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1 A fundamentação da contratação está contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP) id 4758498, presente no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2025.0.000026881-0, aprovado em 17/12/2025, por Carlos José de Paiva Junior (Secretário de Manutenção e Serviços Gerais em Substituição).

2.2 A Equipe de Planejamento não identificou riscos além dos já listados no macroprocesso de contratações.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução consta no tópico I

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1 Obrigações da contratada:

4.1.1 Entregar a totalidade do material solicitado, com serviço de instalação, dentro do prazo estipulado, sob pena das sanções legais cabíveis.

4.1.2 Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o recebimento definitivo.

4.1.3 Informar, no momento de envio da proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com a Contratante.

4.1.4 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas.

4.1.5 Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.1.6 Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

4.1.7 Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021.

4.1.8 Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada para a formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021.

4.1.9 Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados.

4.1.10 Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados.

4.1.11 Assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste termo de referência, na hipótese de a contratação permitir a subcontratação.

4.1.12 Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

4.1.13 Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

4.2 Obrigações do contratante:

4.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.2.2 Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de referência e seus anexos.

4.2.3 Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.

4.2.4 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de referência e seus anexos.

4.2.5 Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato.

4.3 Obrigações comuns às partes:

4.3.1 As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito

de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

4.3.2 A contratante figura na qualidade de controladora/operadora de dados enquanto a contratada é definida como controladora/operadora de dados;

4.3.3 A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais, hipótese em que devem ser definidos os papéis e responsabilidades de cada controlador;

4.3.4 As partes comprometem-se, ainda, a:

4.3.4.1 Realizar o tratamento dos dados pessoais pautado pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

4.3.4.2 Manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa/Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

4.3.4.3 Manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

4.3.4.4 Obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

4.3.4.5 Implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

4.3.4.6 Comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

4.3.4.7 Eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal;

4.3.5 A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.3.6 As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, comprovadamente causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 Entrega da persiana e realização da instalação: Após o início da vigência das Atas, a Seção de Manutenção Predial e de Equipamentos (Semant) indicará, através de e-mail, o primeiro grupo de imóveis onde serão fornecidas e instaladas as persianas, conforme relação do Anexo I (id 4914020) e endereços do Anexo IV (id 4914066) deste Termo de Referência. Neste e-mail serão informados os contatos (e-mail e telefone) das pessoas responsáveis por cada local.

5.2.1 Caberá à contratada, no prazo de até 20 dias, contados da data do recebimento do e-mail, visitar cada local de instalação durante o horário de funcionamento do Tribunal, das 11h00 às 19h00.

5.2.2 A contratada confirmará as dimensões e a área de cada peça através do preenchimento do Formulário de Medição Preliminar de Persianas - Anexo II (id 4914030) deste TR. Este formulário deverá ser assinado pelo representante da contratada em conjunto com o Chefe da Seção ou Zona Eleitoral, ou seu substituto. Cada local de instalação deverá corresponder a um formulário.

5.2.3 Os quantitativos das áreas, em metros quadrados (m²), descritos no Anexo I (id 4914020) deste TR são estimativas, podendo ser alterados na ocasião do preenchimento do Formulário de Medição Preliminar de Persianas - Anexo II (id 4914030) deste TR.

5.2.4 A menor área de cada peça a ser cobrada deverá ser de 1,00 m², caso a dimensão da peça não atinja este valor.

5.2.5 O Formulário de Medição Preliminar de Persianas - anexo II (id 4914030) – depois de assinado pelo representante da contratada e pelo chefe da Seção ou do cartório (ou seu substituto), será enviado, sem rasuras, pela contratada à Semant, através do e-mail: semant@tre-rj.jus.br. A Semant, após conferência e aprovação, providenciará o pedido de material registrado em Ata.

5.2.6 As aquisições serão formalizadas através de termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 3 dias úteis, contados da convocação deste Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais

cabíveis.

5.2.7 O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.2.8 Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.3 A contratada terá até 30 dias, contados do início da vigência do contrato, para entregar as persianas e efetivar as instalações, as quais serão realizadas no horário de expediente do TRE-RJ, das 11h00 às 19h00.

5.3.1 É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos materiais necessários para a fixação das persianas, para a instalação em parede ou teto, conforme cada caso específico.

5.3.2 Após a instalação, a contratada será responsável pelo recolhimento de detritos oriundos do serviço, bem como a manutenção das condições de limpeza encontradas antes da execução.

5.3.3 A instalação deverá ser acompanhada pelo Chefe do Cartório ou Seção ou seu substituto, que assinará o “Formulário de Instalação de Persianas (anexo III, id 4914050)” com o fornecedor, ratificando as dimensões e as áreas. Os valores com as dimensões individuais de cada persiana, largura (metros) x altura (metros), a área individual de cada persiana (m^2) e a área de cada local de instalação (m^2), que serão discriminados nos Anexos II (medição preliminar) e III (formulário de instalação), deverão ser idênticos, não se admitindo modificações entre a medição preliminar e a instalação definitiva.

5.3.4 Os formulários descritos no item anterior, devidamente assinados pelo representante da contratada e pelo chefe da Seção ou cartório (ou seu substituto) deverão ser enviados para a Semant por e-mail (semant@tre-rj.jus.br).

5.3.5 A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar e instalar a totalidade do material solicitado, dentro do prazo estipulado, sob pena das sanções legais cabíveis

5.3.6 Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail compras@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

5.3.7 Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.3.8 A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

5.3.9 Os materiais deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor. Deverão, ainda, conter especificações das características peculiares de cada item e, quando for o caso, possuir em suas embalagens unitárias especificações de peso, medida, quantidade, cor, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações.

5.4 Garantia e Assistência técnica: Deverá ser prestada pelo fornecedor, com o prazo de, no mínimo, 12 meses, contados da data do recebimento definitivo do material.

5.4.1 É obrigação da contratada prestar assistência técnica nas dependências do TRE-RJ ou, não sendo possível sanar o defeito no local em que se encontra instalada a persiana, retirá-la para conserto externo, sem qualquer ônus, inclusive de frete, para o TRE-RJ.

5.4.2 Os chamados de assistência técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de 72 horas úteis, após a comunicação do TRE/RJ. A contratada deverá assumir inteira responsabilidade pelos bens retirados para conserto, responsabilizando-se pelo transporte e guarda.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1 Os agentes da administração que atuarão na gestão do contrato estão discriminados no tópico VII- Critérios de Medição e pagamento. Os gestores e fiscais de execução serão designados dentre os servidores da SEMANT.

6.2 A comunicação entre os agentes do TRE/RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas.

6.3 Diante das especificidades do presente objeto, a Equipe de Planejamento da Contratação não identificou situações específicas, que ensejam aplicação de multa, além daquelas situações ordinárias (atraso na entrega e inexecução), que serão descritas no futuro edital de licitação.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 Por se tratar de aquisição de material com entrega imediata e total, não haverá medição para o pagamento.

7.2 O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapa	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da entrega e da instalação das persianas em relação à descrição constante no Termo de Referência e no Formulário de Medição Preliminar de Persianas	Até 2 dias úteis a contar da instalação total do material	Chefe de Cartório ou substituto/ Chefe de Seção ou substituto
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade da descrição do Formulário de Instalação de persianas em relação a descrição constante neste Termo de Referência e no formulário de Medição Preliminar	Até 7 dias úteis a contar do recebimento do Formulário de Instalação de persianas	Gestor do Contrato
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo	Gestor do Contrato
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças

7.3 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial.

7.4 Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.5 No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

7.6 Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

7.7 Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou o saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada

7.8 O prazo de qualquer etapa da liquidação de despesa poderá ser prorrogado justificadamente, sempre que se faça necessária a realização de diligências para a comprovação do cumprimento de obrigações contratuais.

7.9 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

7.10 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, através do procedimento auxiliar de Registro de Preços (RP), com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço para os itens, nos termos da Lei 14.133/2021.

8.1.2 A adoção do RP se justifica porque:

8.1.2.1 O sistema de RP permitirá, ainda, que sejam realizados pedidos parcelados durante os anos de 2026 e 2027 com base nas necessidades imediatas de cada período e na disponibilidade dos seus respectivos orçamentos;

8.1.2.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

8.2 Critérios de seleção do fornecedor

8.2.1 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos/amostra:

8.2.1.1 Folder, catálogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação do produto às exigências do TR.

8.2.1.1.1 A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do pregoeiro, quando a marca e o modelo ofertados forem os mesmos indicados como referência neste TR ou nos casos em que for possível a verificação das características por outros meios.

8.2.2 Amostra: deverá ser apresentada no prazo de até 10 dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, uma peça de persiana completa medindo 1 metro x 1 metro para verificação da conformidade do material com as especificações solicitadas neste TR, por equipe técnica designada pela Secretaria de Serviços Gerais do TRE/RJ.

8.2.2.1 A entrega da amostra deverá ser efetuada na Seção de Manutenção do TRE/RJ (SEMANT), situada na Avenida Brasil, nº 2540, Benfica, Rio de Janeiro – RJ, Cep 20930-040, telefone (21) 2589-0970, no horário de 9h00 a 16h00, devendo estar devidamente identificada com o nome da empresa, o número do pregão e o item a que se refere.

8.2.2.2 O prazo de análise da amostra é de 3 dias úteis, a contar da data de recebimento da amostra.

8.2.2.3 A amostra sendo aprovada não poderá ser deduzida do quantitativo a ser fornecido.

8.2.2.4 Em qualquer caso (aprovação ou reprovação da amostra), o licitante poderá solicitar a devolução do material, contudo, destaca-se que a amostra poderá sofrer pequenas alterações pois será realizada a sua instalação provisória.

8.2.2.5 As despesas de transporte desta devolução deverão correr por conta do licitante.

8.3 Documentação exigida para habilitação econômico-financeira:

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.3.2. A justificativa dessa exigência é assegurar que a empresa contratada possua saúde financeira compatível com as obrigações contratuais.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1 Unidade Gestora Responsável

Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais (SSG)

9.2 Ação Orçamentária

Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

9.3 Código do Item Orçamentário

SSG 077

9.4 Classe dos materiais

7230

9.5 Valor estimado da despesa

O valor estimado da despesa constará de documento anexo a este Termo de Referência.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não se aplica restrição de acesso ao orçamento da contratação.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026

MARCELO FERNANDES SOARES LEITE
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 13/04/2026, às 14:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENEE ROCHA FIUSA

CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 13/04/2026, às 14:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RICARDO LOUREIRO PINTO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 13/04/2026, às 14:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 13/04/2026, às 16:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4937258** e o código CRC **CAE8D87A**.
No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

Item	Estimativa - ETP	Área Estimada (m2)	Observação
LOTE 1 : CIDADE DO RIO DE JANEIRO			
1	SEPATR- Nuad Caju- Benfica	6,00	SEPATR LOG, na medida de 3,00m (altura) x 2,00 m (largura).
2	SEURNA- Nara zona portuária	12,00	Rodrigues Alves: 12 m2 / 6 (seis) persianas cada uma com aproximadamente 1,70m de altura e 1,10m de largura para serem utilizadas em 6 janelas da sala 503 do prédio da RA.
3	SESPEQ- Nara zona portuária	20,00	3 Unidades 1,5m largura x 1,77 altura 2 unidades 1,4m largura x 1,77 altura 1 unidade 1,1m largura x 1,77m altura 1 unidade 1,00m largura x 1,77m altura 1 unidade 1,20m largura x 1,77m altura
4	014ª ZE- TODOS OS SANTOS	32,60	
5	016ªZE- LARANJEIRAS	13,60	
6	017ªZE- JARDIM BOTANICO	7,20	
7	024ªZE - Pólo Campo Grande / Pólo Bangu	23,70	POLO CAMPO GRANDE: Janela 1 - 2,21m x 1,00m; Janela 2 - 2,21m x 1,00m; Janela 3 - 2,21m x 1,00m; Janela 4 - 2,53m x 1,00m; Janela 5 - 4,00m x 1,00m; Janela 6 - 4,00m x 1,00m. POLO BANGU: Janela 1 - 2,21m x 1,00m; Janela 2 - 2,21m x 1,00m; Há uma janela que está dividida por uma parede no meio. Cada uma das partes possui as seguintes medidas: Janela 3 (parte 1) - 0,85m x 1,00m; Janela 3 (parte 2) - 1,28m x 1,00m.
8	119ª ZE- BARRA DA TIJUCA	18,00	
9	123ªZE- DEODORO	10,00	
10	161ª ZE- OLARIA	2,50	2,5mt(larg.) x 1mt (alt.)
11	169ªZE- SAUDE	25,00	No total, são 12 (doze) janelas com medidas aproximadas 1,20m x 1,20m e outras 3 (três), com medidas aproximadas 1,50m x 1,70m.
12	170ª ZE-MARACANA	3,80	
13	179ª ZE- BARRA DA TIJUCA	4,50	
14	188ª ZE- IRAJÁ	12,00	São quatro janelas com uma área de 2 metros de comprimento por 1,5 metros de altura cada uma.
15	192ª ZE- JARDIM CARIOCA (ILHA DO GOV.)	9,00	3 janelas de aprox 2m x 1,5m
16	219ª ZE- CASCADURA	6,00	

17	229ª ZE- MARACANA	3,65	
18	233ªZE- MAGALHAES BASTOS	2,20	
	Total lote 1	211,75	
	Total lote 1 com acréscimo 20%	254,10	
	LOTE 2: ZONAS ELEITORAIS DO GRANDE RIO		
19	027ªZE- NOVA IGUACU	14,00	
20	072ª ZE- NITEROI	43,00	
21	144ª ZE- NITEROI	51,20	Área informada refere-se ao total das áreas referentes a cada uma das janelas.
22	157ªZE- NOVA IGUACU	10,00	
23	159ªZE- NOVA IGUACU	10,00	
24	187ª ZE- SAO JOAO DE MERITI	4,45	1) $1,52 \times 1,05 = 1,6 \text{ m}^2$ 2) $1,52 \times 1,05 = 1,6 \text{ m}^2$ 3) $1,45 \times 0,85 = 1,25 \text{ m}^2$
25	199ªZE- NITEROI	14,00	
26	201ªZE- NILOPOLIS	22,20	
27	225ª ZE- SEROPEDICA	10,08	
	Total lote 2	178,93	
	Total lote 2 com acréscimo 20%	214,72	
	LOTE 3: REGIÃO DOS LAGOS		
28	096ªZE- CABO FRIO	10,00	
29	109ªZE- MACAE	10,00	
30	254ªZE- MACAE	11,00	
31	256ªZE- CABO FRIO	13,50	são 3 janelas que medem 3,00 X 1,50 m, totalizando 13,50m²
	Total lote 3	44,50	
	Total lote 3 com acréscimo 20%	53,40	
	LOTE 4: CENTRO SUL		
32	030ª ZE- PIRAÍ	13,40	3 locais diferentes. O quantitativo refere-se a área total calculada, somando-se a necessidade dos 3 locais
33	041ª ZE- VASSOURAS	13,00	
34	048ªZE- MIGUEL PEREIRA	7,30	
35	090ªZE- VOLTA REDONDA	5,40	persianas para a sala da segurança

36	093ªZE- BARRA DO PIRAI	13,10	janela da sala de servidores (com vista para a escola): 1,80 m X 1,20 m (altura); janela da sala de servidores (meio): 1,50 m X 1,20 m (altura); janela do corredor: 1,95 m X 1,20 m (altura); janela do refeitório: 1,58 m X 1,20 m (altura);
37	131ª ZE- VOLTA REDONDA	40,00	Ambientes considerados: Cartório da ZE-131, banheiro da ZE-131, CAE-VR e sala da segurança.
	Total lote 4	92,20	
	Total lote 4 com acréscimo 20%	110,64	
LOTE 5: CENTRO SERRA			
38	110ª ZE- MAGÉ	8,50	
39	028ªZE- PARAIBA DO SUL	7,40	
	Total lote 5	15,90	
	Total lote 5 com acréscimo 20%	19,08	
LOTE 6: REGIÃO NORTE			
40	045ª ZE- PORCIUNCULA	5,75	
41	075ªZE- CAMPOS DOS GOYTACAZES	10,00	
42	076ªZE- CAMPOS DOS GOYTACAZES	12,00	JANELA 1 (TERCEIRO ANDAR) frente da Ponte: 1,55 de altura X 2,94 de comprimento JANELA 2 (TERCEIRO ANDAR) Frente do Posto: 1,67 de altura X 2,10 de comprimento JANELA 3 (TERCEIRO ANDAR) rol de entrada: 1,67 de altura X 2,10 de comprimento
43	107ªZE- ITAPERUNA	22,00	area 1 = 2,60m de altura x 3,88m de largura = 10,088 m² area total. area 2 = 2,60m de altura x 3,88m de largura = 10,088m² area total Cumprer ressaltar que na área 1 tem 1 ar condicionado instalado e na área 2 tem 2 ar condicionados instalados.
44	141ª ZE- ITALVA	8,00	02 unidades, medidas cada 1,75m largura x 2,30m de altura.
	Total lote 6	57,75	
	Total lote 6 com acréscimo 20%	69,30	
LOTE 7: REGIÃO CENTRO NORTE			

45	065ª ZE- PETROPOLIS	7,80	Janela da sala 04: 4,6m de largura x 1,40m de altura + uma para ficar embaixo do ar condicionado de 0,72m de largura x 0,80m de altura. Janela da sala 09: 1,40m de largura x 1,25 de altura + uma para ficar embaixo do ar condicionado de 0,80 de largura x 0,80 de altura.
46	149ª ZE- GUAPIMIRIM	1,80	1,35m (alt) x 1,30m (larg)
47	222ª ZE- NOVA FRIBURGO	2,38	
	Total lote 7	11,98	
	Total lote 7 com acréscimo 20%	14,38	

	Total	735,61	
--	--------------	---------------	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RJ

ANEXO II

FORMULÁRIO DE MEDIÇÃO PRELIMINAR DE PERSIANAS

Quadro Identificação

Local-ZE-Seção	
Endereço	
Responsável	
Telefone / e-mail	

Medição Preliminar

Item	Qtd	DIMENSÕES (m)		ÁREA (m ²)
		LARGURA	ALTURA	
Área total				

OBSERVAÇÃO:

Quadro Aprovação Preliminar

Data	
Responsável Contratada - Nome legível	
Responsável Contratada - Assinatura	
Chefe Cartório ou Seção- Nome Legível	
Chefe Cartório ou Seção- Assinatura	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RJ
ANEXO III
FORMULÁRIO DE INSTALAÇÃO DE PERSIANAS

Quadro Identificação

Local (Cartório ou Seção)	
Endereço	
Responsável	
Telefone / e-mail	

Quadro de Instalação Definitiva

ITEM	QUANT.	DIMENSÕES (m)		ÁREA (m ²)
		LARGURA	ALTURA	
Área total				

Quadro Aprovação Definitiva

Considero satisfatório o material fornecido e instalado nas dependências deste cartório/seção.
Certifico ainda que as medidas descritas no "Quadro Instalação Definitiva" estão corretas.

Data	
Contratada	
Responsável Contratada - Nome legível	
Responsável Contratada - Assinatura	
Chefe Cartório ou Seção- Nome Legível	
Chefe Cartório ou Seção- Assinatura	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

Seção de Manutenção Predial e de Equipamentos

ANEXO IV Locais para Instalação de Persianas

LOTE 1 – PRÉDIOS SEDE E ZONAS ELEITORAIS DA CAPITAL

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
CAJU - BENFICA	NUAD	Avenida Brasil, nº 2540, Caju, RJ.
CENTRO- ZONA PORTUÁRIA	NARA	Avenida Rodrigues Alves, nº 161, Saúde, RJ.
BARRA DA TIJUCA	9ª, 119ª e 179ª ZEs	AV AYRTON SENNA 2001 BLOCO C BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO
CAMPO GRANDE	120ª ZE	ESTRADA DO MENDANHA, 555 - 3 PISO (WEST SHOPPING) CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
	122ª ZE	ESTRADA DO MENDANHA, 555 - 3 PISO (WEST SHOPPING) CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
	242ª ZE	ESTRADA DO MENDANHA, 555 - 3 PISO (WEST SHOPPING) CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
	245ª ZE	ESTRADA DO MENDANHA, 555 - 3 PISO (WEST SHOPPING) CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO
CASCADURA	118ª ZE	AV. DOM HELDER CAMARA, 10.121 CASCADURA - RIO DE JANEIRO
	218ª e 219ª ZEs	RUA SIDÔNIO PAES, 54, LOJAS 4 , 5 E 6 CASCADURA - RIO DE JANEIRO

COPACABANA	5ª ZE	RUA MIGUEL LEMOS, NÚMERO 97 COPACABANA - RIO DE JANEIRO
DEL CASTILHO	8ª e 216ª ZE e Polo	RUA CACHAMBI, 328 CACHAMBI - RIO DE JANEIRO
DEODORO	123ª ZE	RUA FERNÃO DIAS, S/N DEODORO - RIO DE JANEIRO
ILHA DO GOVERNADOR	191ª ZE	ESTRADA DA CACUIA, 1574, COCOTÁ ILHA DO GOVERNADOR - RIO DE JANEIRO
ILHA DO GOVERNADOR	192ª ZE	RUA ORCADAS 435 - SALA 12 - XX RA (SUBPREFEITURA DAS ILHAS) PORTUGUESA - RIO DE JANEIRO
IRAJÁ	22ª e 167ª ZEs.	RUA ITAPERÁ, 500, LOJAS 150 E 151 (VIA BRASIL SHOPPING) IRAJÁ - RIO DE JANEIRO
	176ª ZE	AV MONSENHOR FELIX, 512 IRAJÁ - RIO DE JANEIRO CEP: 21235-110
JARDIM BOTÂNICO	4ª, 17ª, 211ª ZEs e Polo Jardim Botânico	RUA JARDIM BOTÂNICO, 1060 JARDIM BOTÂNICO - RIO DE JANEIRO
JARDIM SULACAP	24ª, 230ª, 233ª, 234ª e 238ª ZEs	AVENIDA MARECHAL FONTENELLE, 4650 MAGALHÃES BASTOS - RIO DE JANEIRO
LARANJEIRAS	16ª ZE.	RUA CONDE DE BAEPENDI, N 40 LARANJEIRAS - RIO DE JANEIRO
MARACANÃ	170ª e 229ª ZEs.	AV. PROFESSOR MANOEL DE ABREU, 286 MARACANÃ - RIO DE JANEIRO
MARECHAL HERMES	23ª ZE.	RUA JOÃO VICENTE, 1545 MARECHAL HERMES - RIO DE JANEIRO
MEIER	214ª ZE.	RUA DIAS DA CRUZ, 787 MEIER - RIO DE JANEIRO
OLARIA	21ª e 162ª ZE	RUA FILOMENA NUNES, 971 e 961 OLARIA - RIO DE JANEIRO

	161ª ZE	RUA LUCENA, S/N, OLARIA (ANTIGO FÓRUM, ATRÁS DO CLUBE OLARIA)
PIEDADE	10ª ZE	RUA ASSIS CARNEIRO, 436 PIEDADE - RIO DE JANEIRO
SANTA CRUZ	25ª ZE.	PRAÇA DA SUPERINTENDÊNCIA 420 SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO
	125ª, 241ª, 243ª e 246ª ZEs.	RUA MARTINHO DE CAMPOS, S/N (POSTO AGRICOLA) SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO CEP: 23515-040
SAÚDE	169ª e 204ª ZEs e Polo Eleitoral	RUA SACADURA CABRAL, 226, FUNDOS SAUDE - RIO DE JANEIRO
TAQUARA	180ª, 182ª e 185ª ZEs.	RUA GODOFREDO VIANA, 400 TAQUARA - RIO DE JANEIRO
TIJUCA	7ª	RUA ANTÔNIO BASÍLIO, 76 TIJUCA - RIO DE JANEIRO
TODOS OS SANTOS	14ª ZEs.	RUA GETÚLIO, 127 TODOS OS SANTOS - RIO DE JANEIRO
Atende: PENHA - localização: IRAJÁ	188ª ZE	AVENIDA MONSENHOR FÉLIX, 512 IRAJÁ - RIO DE JANEIRO

LOTE 2 - ZONAS ELEITORAIS DO GRANDE RIO

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
BELFORD ROXO	152ª, 153ª, 154ª e 155ª ZEs e Polo Eleitoral.	AVENIDA BENJAMIM PINTO DIAS, 1254 CENTRO - BELFORD ROXO
DUQUE DE CAXIAS	78ª, 79ª, 103ª, 126ª, 127ª, 128ª e 200ª ZEs e Polo Eleitoral	AV. BRIGADEIRO LIMA E SILVA, 350 PARQUE DUQUE - DUQUE DE CAXIAS
ITABORAÍ	104ª e 151ª ZEs.	AVENIDA VEREADOR HERMINIO MOREIRA, 380 - SALA 146/SALA 137 SOSSEGO - ITABORAÍ

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
ITAGUAÍ	105ª ZE	PÁTIO MIX COSTA VERDE SHOPPING CENTER - AV. SATURNO, LT.B, 1035 E 1036 ZONA INDUSTRIAL - ITAGUAÍ
MARICÁ	55ª ZE	AVENIDA ROBERTO SILVEIRA, 624-A - LJS 02 E 03 FLAMENGO - MARICÁ
MESQUITA	83ª e 150ª ZEs.	RUA PARANÁ, N. 1, SALA 301 (FÓRUM DE MESQUITA - 3ANDAR) CENTRO - MESQUITA
NITERÓI	71ª, 72ª, 144ª e 199 ZEs.	RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, FUNDOS, 2 ANDAR E 3 ANDAR CENTRO - NITERÓI
NILÓPOLIS	201ª e 221 ZEs	RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 305, 2 ANDAR, EDIFÍCIO DA PREFEITURA CENTRO - NILÓPOLIS
NOVA IGUAÇU	027ª, 157ª e 159 ZE	RUA OTÁVIO TARQUINO, 550 CENTRO - NOVA IGUAÇU /RJ
	156ª e 158ª ZEs	RUA DR MÁRIO GUIMARÃES, 968 - ED. DO FÓRUM - ANEXO - 4 ANDAR BAIRRO DA LUZ - NOVA IGUAÇU
	027ª ZE	RUA OTAVIO TARQUINO, 550 CENTRO - NOVA IGUAÇU
QUEIMADOS	138ª ZE.	RUA FELIX, 1561 FANCHEM - QUEIMADOS

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
SÃO GONÇALO	68ª, 69ª, 132ª e 135ª	PARTAGE SHOPPING - AV. PRES. KENNEDY, 425, 4 PISO CENTRO - SÃO GONÇALO
	36ª e 133ª ZEs.	PARTAGE SHOPPING - AV. PRES. KENNEDY, 425, 4 PISO CENTRO - SÃO GONÇALO
	87ª ZE	PARTAGE SHOPPING - AV. PRES. KENNEDY, 425, 4 PISO CENTRO - SÃO GONÇALO
SÃO JOÃO DE MERITI	186ª ZE.	AVENIDA PRESIDENTE LINCOLN, 911 - VILAR DOS TELES VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
	88ª, 89ª e 187ª ZEs.	AVENIDA PRESIDENTE LINCOLN, 911 — LOJA J, LOJA B E (ED. ANTARES LOJA EXTERNA) VILAR DOS TELES VILAR DOS TELES - SÃO JOÃO DE MERITI
SEROPÉDICA	225ª ZE	BR 465, 310, SALA 208 (PRÉDIO DO FORUM) JARDIM SAO JORGE - SEROPÉDICA

LOTE 3 - REGIÃO DOS LAGOS

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
ARARUAMA	92ª ZE	RUA BENTO LISBOA, 65 CENTRO - ARARUAMA
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	172ª ZE	ESTRADA DA USINA VELHA, RUA DOIS, S/N, EDIFÍCIO DO FORUM CENTRO (MANGUE) - ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
ARRAIAL DO CABO	146ª ZE	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, N. 40 PRAIA DOS ANJOS - ARRAIAL DO CABO

CABO FRIO	96ª e 256ª ZE	RUA GUSTAVO BERANGER, 267 VILA NOVA - CABO FRIO
CASIMIRO DE ABREU	50ª ZE	RUA WALDEMIR HERINGER DA SILVA, 600, SALA 07 SOCIEDADE FLUMINENSE - CASIMIRO DE ABREU
CONCEIÇÃO DE MACABU	51ª ZE	RUA FUED ANTÔNIO, 8 - ANEXO AO EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - CONCEIÇÃO DE MACABU
IGUABA GRANDE	181ª ZE	RUA ENGENHEIRO NEVES DA ROCHA, S/N - PRÉDIO DO FÓRUM CIDADE NOVA - IGUABA GRANDE
MACAÉ	254ª ZE	RUA FRANCISCO PORTELA, N. 221 CENTRO - MACAÉ
	109ª ZE	RUA FRANCISCO PORTELA, N. 221 CENTRO - MACAÉ
QUISSMÃ	255ª ZE	ESTRADA DO CORREIO IMPERIAL - 1003 PITEIRAS - QUISSAMÃ
RIO DAS OSTRAS	184ª ZE	AVENIDA GUANABARA, N 3.837 BOSQUE DA PRAIA - RIO DAS OSTRAS
SÃO PEDRO DA ALDEIA	59ª ZE	RUA FRANCISCO COELHO PEREIRA, 456 CENTRO - SÃO PEDRO DA ALDEIA
SAQUAREMA	62ª ZE	AV. SAQUAREMA, N 883 PORTO NOVO - SAQUAREMA
SILVA JARDIM	63ª ZE	RUA SILVA JARDIM, 46, EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - SILVA JARDIM

LOTE 4 - REGIÃO CENTRO SUL

BARRA DO PIRAÍ	93ª ZE.	RUA JOSÉ ALVES PIMENTA, 869 MATADOURO - BARRA DO PIRAÍ
BARRA MANSA	91ª e 94ª ZEs.	RUA ARGEMIRO DE PAULA COUTINHO, N 2000 - 3 ANDAR EDIFÍCIO DO FORUM BARBARÁ - BARRA MANSA
ENGENHEIRO PAULO DE FROTTIN	74ª ZE.	RODOVIA LUCIANO MEDEIROS 568 - EDIFÍCIO DO FORUM CENTRO - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

BARRA DO PIRAÍ	93ª ZE.	RUA JOSÉ ALVES PIMENTA, 869 MATADOURO - BARRA DO PIRAÍ
JAPERI	139ª ZE.	RUA JOÃO BATISTA EVANGELISTA, S/N ENGENHEIRO PEDREIRA - JAPERI
MANGARATIBA	54ª ZE.	ESTRADA SÃO JOÃO MARCOS, S/N - SEGUNDO PAVIMENTO - FORUM RANCHITO - MANGARATIBA
MENDES	56ª ZE.	RUA ALBERTO TORRES, 114 - EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - MENDES
MIGUEL PEREIRA	48ª ZE	RUA CARLOS DELAMARE, 445, LOJAS A, B E C CENTRO - MIGUEL PEREIRA
PARACAMBI	70ª ZE.	RUA ALBERTO LEAL CARDOSO, 92 - FÓRUM CENTRO - PARACAMBI
PARATY	57ª ZE.	RUA JANGO PÁDUA 612, LOJA 5 - GALERIA IMPERIAL FÁTIMA - PARATY
PIRAÍ	30ª ZE.	RUA BARÃO DO PIRAÍ, 322 CENTRO - PIRAÍ
PORTO REAL	183ª ZE.	RUA HILÁRIO ETTORRE, 378 CENTRO (PORTO REAL) - PORTO REAL
RESENDE	31ª e 198ª ZEs.	SHOPPING PÁTIO MIX RESENDE -AV. DORIVAL MARCONDES GODOY, 500, LJ 1101B Castelo - RESENDE
RIO CLARO	108ª ZE.	RUA MANOEL PORTUGAL, 156 - EDIFÍCIO DO FORUM - SALA 04 CENTRO - RIO CLARO
VALENÇA	111ª ZE.	RUA ARAUJO LEITE , 166 - EDIFICIO DO FORUM - SALA 01 - TERREO CENTRO - VALENÇA
VASSOURAS	41ª ZE.	RUA DOMINGOS DE ALMEIDA, 65, CENTRO CENTRO - VASSOURAS
VOLTA REDONDA	90ª e 131ª ZEs e Polo Eleitoral.	AV. LUCAS EVANGELISTA DE OLIVEIRA FRANCO, 437 - FÓRUM ELEITORAL ATERRADO - VOLTA REDONDA

LOTE 5 - REGIÃO CENTRO SERRA

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
CACHOEIRAS DE MACACU	49ª ZE.	RUA DALMO COELHO GOMES, N 1, SALA 311, PRÉDIO DO FÓRUM BETEL - CACHOEIRAS DE MACACU

MAGÉ	110ª	RUA DR. DOMINGOS BELIZZE, 183 CENTRO - MAGÉ
	148ª	RUA EDUARDINA DE MIRANDA TELES, N 250, LJ 8 PIABETÁ - MAGÉ
PARAÍBA DO SUL	28ª ZE.	AV. MARECHAL CASTELO BRANCO, 119 SALA 301 CENTRO - PARAÍBA DO SUL
RIO BONITO	32ª ZE.	RODOVIA LINHA VERDE, QUADRA X, LOTE 1 - CONDOMÍNIO INDUSTRIAL GREEN VALLEY - RIO BONITO
TRÊS RIOS	40ª e 174ª ZE.	AV. TENENTE ENEAS TORNÓ, 42 - SALA 33 - SALA 27 — EDIFÍCIO DO FÓRUM NOVA NITERÓI - TRÊS RIOS

LOTE 6 - REGIÃO NORTE

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	34ª ZE.	AVENIDA JOÃO JASBICK, S/N - EDIFÍCIO DO FÓRUM DEZESSETE - SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
BOM JESUS DO ITABAPOANA	95ª ZE.	RUA EXPEDICIONÁRIO PAULO MOREIRA, 67 CENTRO - BOM JESUS DO ITABAPOANA
CAMPOS DOS GOYTACAZES	75ª, 76ª, 98ª e 129ª ZEs.	AV. DR. ALBERTO TORRES, 81 - CENTRO CENTRO - CAMPOS DOS GOYTACAZES
ITALVA	141ª ZE.	RUA ARISTIDES GONCALVES DE SOUZA, 74 SAO CAETANO - ITALVA
ITAPERUNA	107ª ZE.	AVENIDA CARDOSO MOREIRA, 485 CENTRO - ITAPERUNA
MIRACEMA	112ª ZE.	AV. DEPUTADO LUIZ FERNANDO LINHARES, 1020, 3 PAVIMENTO - FÓRUM BOA VISTA - MIRACEMA
NATIVIDADE	43ª ZE.	RUA VIGARIO JOAO BATISTA, 14 - EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - NATIVIDADE
PORCIÚNCULA	45ª ZE.	RUA PREFEITO SINVAL AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, 151 - LOJA 03 - CENTRO CENTRO - PORCIÚNCULA
SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA	130ª ZE.	ROD. AFONSO CELSO, S/N - PRACA DOS TRES PODERES - FÓRUM CENTRO - SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA
SÃO JOÃO DA BARRA	37ª ZE.	RUA SÃO BENEDITO, 199 CENTRO - SÃO JOÃO DA BARRA

LOTE 7 - REGIÃO CENTRO NORTE

LOCAIS PARA INSTALAÇÕES	UNIDADES	ENDEREÇO
BOM JARDIM	42ª ZE.	RUA NILO PEÇANHA, 347 CENTRO - BOM JARDIM

CAMBUCI	97ª ZE.	RUA MARIA JACOB, 134 - ANEXO AO FORUM CENTRO - CAMBUCI
CANTAGALO	101ª ZE.	RUA OLÍVIA TEIXEIRA DA SILVA, 85 CENTRO - CANTAGALO
CARMO	102ª ZE.	RUA MANOEL GOULART, 42 - LOJAS 01 E 02 CENTRO - CARMO
CORDEIRO	52ª ZE.	AVENIDA RAUL VEIGA, 157 - EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - CORDEIRO
GUAPIMIRIM	149ª ZE.	ESTRADA DO BANANAL, 2336, LJS. 1 E 2 BANANAL - GUAPIMIRIM
ITAOCARA	106ª ZE.	RUA JOAQUIM SOARES MONTEIRO, 001 - EDIFÍCIO DO FORUM LOTEAMENTO RECREIO - ITAOCARA
NOVA FRIBURGO	26ª e 222ª ZEs.	PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 89/97 - ANTIGO FÓRUM CENTRO - NOVA FRIBURGO
PETRÓPOLIS	29ª ZE	AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 2001 CENTRO - PETRÓPOLIS
	65ª ZE	ESTRADA UNIÃO E INDÚSTRIA 11860 SALA 09 ITAIPAVA - PETRÓPOLIS , Sala 4 – Itaipava
SÃO FIDÉLIS	35ª ZE.	PRAÇA DA JUSTIÇA S/N, FÓRUM FRANCISCO POLYCARPO, 2 ANDAR, CENTRO CENTRO - SÃO FIDÉLIS
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	196ª ZE.	RUA SENHOR DOS PASSOS, 37 - EDIFÍCIO DO FÓRUM CENTRO - SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	60ª ZE.	RUA JOÃO LUIZ DAFLON, 65 - TÉRREO CENTRO - SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
SAPUCAIA	61ª ZE.	PRAÇA BARÃO DE AYURUOCA, 75 CENTRO - SAPUCAIA
SUMIDOURO	64ª ZE.	AVENIDA JOSÉ DE ALENCAR, N. 1136, LOJAS 01 E 02 CENTRO - SUMIDOURO
TERESÓPOLIS	38ª e 195ª ZEs.	RUA CARMELA DUTRA, 678, 4 ANDAR AGRIÕES - TERESÓPOLIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (COMAP)
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS (SECOMP)

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS				Processo: 2025.0.000026881-0					OBJETO:	Aquisição de Persianas						R\$ 212.358,78
Item	Quantidade	Unidade	Identificação do Material	Preço 01 Empresa	Preço 02 Empresa	Preço 03 Empresa	Preço 04 Preço Público	Preço 05 Empresa	Preço Médio Unitário Inicial (Art. 40, I)	Desvio Padrão (Art. 40, II)	Corte Superior (Art. 40, III)	Preço Médio Unitário Tratado (Art. 40, § 3º)	Desvio Padrão (Art. 40, § 4º)	Grau de Dispersão (Art. 40, § 4º)	Preço Unitário Considerado (Art. 40, § 4º)	Preço Total
1	254,10	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 73.353,59
2	214,72	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 61.985,37
3	53,40	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 15.415,51
4	110,64	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 31.939,56
5	19,08	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 5.508,01
6	69,30	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 20.005,52
7	14,38	m²	PERSIANA HORIZONTAL PADRÃO PARA JANELA	R\$ 278,00	R\$ 299,00	R\$ 380,00	R\$ 119,24	R\$ 367,15	R\$ 288,68	R\$ 104,20	R\$ 392,88	R\$ 288,68	R\$ 104,20	36,10%	R\$ 288,68 (Média)	R\$ 4.151,22



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE ENGENHARIA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO [Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]

1.1. Necessidade de eliminação da incidência solar e a redução da temperatura no interior dos ambientes das unidades do Tribunal com a consequente redução de gasto de energia.

1.2. Dar maior segurança aos usuários dos imóveis, através da eliminação da visão externa por parte de terceiros.

II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA

2.1. A partir de março/2026 (data prevista para a assinatura das atas) até dezembro/2026 (data prevista para o fim do Registro de Preços-RP) serão feitas as instalações em todas as unidades deste Tribunal com demandas para persianas, a partir das solicitações da Semant.

III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]

3.1. A solicitação se alinha com o Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE-RJ, especialmente no que diz respeito ao Objetivo Estratégico 13: “Aperfeiçoar a Infraestrutura - Refere-se ao fornecimento e aperfeiçoamento da infraestrutura física e de recursos materiais adequados (instalações, mobiliário, logística e equipamentos), pautando-se por critérios de acessibilidade, sustentabilidade, segurança e saúde ocupacional, a fim de assegurar o bom andamento das atividades institucionais do TRE-RJ”. Item do Plano de Contratações: 8/2026 – Extra Plano

IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]

4.1. Vide Anexo 1 – Solicitações atuais. (id's 4693339 e 4695870)

4.2. Relação entre o quantitativo definido a ser contratado e a demanda existente:

4.2.1. A quantidade estimada está apurada em 548 m² de acordo com o anexo 1, que foi editado através de consulta aos cartórios, Nuad Caju e demais prédios ocupados pelo TRE-RJ, por e-mail. Não foram consultados os ocupantes do Palácio da Democracia e Sulacap pois já existem persianas personalizadas já instaladas.

4.3. Ainda serão ratificados os locais e os respectivos quantitativos, antes da elaboração do Termo de Referência (TR)

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]

5.1. Em pesquisa ao mercado, identificou-se as seguintes soluções;

5.1.1. Solução 1: Aquisição de Insufilm

5.1.1.1. Vantagens:

5.1.1.1.1. Garante maior segurança;

5.1.1.1.2. Mantém os fragmentos de vidro fixos nestas;

5.1.1.1.3. Permite a movimentação da porta;

5.1.1.1.4. Anti-vandalismo em estabelecimentos comerciais/residenciais;

5.1.1.1.5. Camada com maior resistência à abrasão;

5.1.1.1.6. Não rasga, e não pode ser perfurada;

5.1.1.1.7. Anti-amarelamento;

5.1.1.1.8. Possibilidade de escolha para o nível de escurecimento desejado:

G5- Mais escuro, permite a passagem de 5% da luz externa;

G20- Permite a passagem de 20% da luz externa;

G35- Permite a passagem de 35% da luz externa;

G50- Mais clara, permite a passagem de 50% da luz externa;

5.1.1.2.Desvantagens:

5.1.1.2.1. Vida útil curta;

5.1.1.2.2.Recolocação e custos para o tribunal incerto;

5.1.1.2.3 Não possui dimensões muito grandes. Existem janelas de dimensões grandes no TRE que inviabilizam o uso do insufilm;

5.1.1.2.4. Pode ser removida sem a necessidade de um técnico, o que pode comprometer seu uso no dia a dia.

5.1.1.3.Estimativa de custos:

Tipo de película / tecnologia	Faixa de preço por m² (instalação + material)
Película “fumê” simples / básica (poliéster, comum)	≈ R\$ 35 a R\$ 60 / m ² insulfilmerj.com.br+1
Película de controle solar refletiva / espelhada (mais eficiente no bloqueio de calor)	≈ R\$ 70 a R\$ 120 / m ² agilinsulfilm.com.br+1
Película “incolor” / neutra com controle solar (menos escura, mais clara)	~ R\$ 100 a R\$ 160 / m ² portalbaiadeguanabara.com.br

Película de tecnologia superior (cerâmica / nano-cerâmica)	≈ R\$ 120 a R\$ 250 / m² em aplicações residenciais comuns.
---	---

5.1.2. Solução 2: Aquisição de persianas sem instalação:

5.1.2.1. Vantagens:

5.1.2.1.1. Pequena economia, pois o custo da instalação não estará incluído.

5.1.2.2. Desvantagens:

5.1.2.2.1. Não haverá possibilidade de pequenas adaptações devido a existência de portas, aparelhos condicionadores de ar e etc, uma vez que as peças serão entregues sob medida;

5.1.2.2.2. Dificuldade no recebimento do material pois serão entregues no Nuad Caju, longe do local onde serão efetivamente instaladas;

5.1.2.2.3. Enorme dificuldade na logística de instalação. Tanto a Sectra como a Semant não dispõe de mão-de-obra, veículos e materiais suficientes para atender a esta demanda sem comprometimento do atendimento das Ordens de Serviço para as quais estão adequadamente dimensionadas.

5.1.2.1. Estimativa de custos:

5.1.2.1.1. Italian Persianas Horizontal Alumínio 25mm R\$ 158,00 m² — site: italianpersianas.com.br;

5.1.2.1.2. Persianas Horizontal Alumínio 25mm — R\$ 135,00m² a R\$ 158,52 — site: <https://www.facilpersianas.com.br/collections/persiana-aluminio-25mm>;

5.1.2.1.3. Casa das Persianas — Persianas Horizontal Alumínio 25mm — R\$ 172,00m² — site: <https://andrelux.com.br/persiana-horizontal-aluminio-25mm/persiana-horizontal-aluminio-25mm-inox-metalico-produto/>

5.1.3. Solução 3 : Aquisição de persianas com instalação

5.1.3.1. Vantagens:

5.1.3.1.1. Possibilidade de pequenas adaptações devido a existência de portas, aparelhos condicionadores de ar e etc, uma vez que a medição definitiva deverá ser feita pelo licitante vencedor;

5.1.3.1.2. Sem a necessidade do recebimento do material no Nuad Caju. As persianas serão instaladas pelo fornecedor no local para o qual foi destinada;

5.1.3.1.3. Toda a logística de instalação ficará a cargo do fornecedor, empresa especializada com expertise para executar o trabalho da melhor forma possível;

5.1.3.2. Desvantagens:

5.1.3.2.1. Desembolso de um pequeno valor a maior, que embute o custo de instalação.

5.1.3.3. Estimativa de custos:

5.1.3.3.1. Última contratação Processo SEI 2022.0.000047844-0 – Fornecedor IJS Cortinas (todos os lotes), id's 3602437 e 3613588

Lote	Região do Estado do Rio de Janeiro	Preço unitário/m ²
------	------------------------------------	-------------------------------

1	Sede Pres Wilson, Nuad Caju e Nara	R\$ 116,00
2	Cidade do Rio de Janeiro (exceto lote 1)	R\$ 125,00
3	Grande Rio	R\$ 125,00
4	Região dos Lagos	R\$ 110,00
5	Centro Sul	R\$ 110,00
6	Centro Serra	R\$ 110,00
7	Norte	R\$ 116,00
8	Centro Norte	R\$ 110,00

5.1.3.3.2. Cotação de mercado (Rio de Janeiro) para persianas horizontal alumínio 25mm com instalação:

<https://persifacil.com.br/nossos-servicos/>

R\$160,00/ m²

<https://oficinadaspersianasrj.com.br/persiana-horizontal/>

R\$195,00/ m²

<https://www.cortypersy.com.br/persiana-romana/>

R\$220,00/ m²

<https://cortinasepersianasrio.com.br/persiana-horizontal/>

R\$280,00/ m²

5.1.4. Solução 4: Aquisição de painel (telas deslizantes);

5.1.4.1 Vantagem: permite o uso de material com fator de abertura de iluminação ou tipo blackout. Trilho superior praticamente imperceptível;

5.1.4.2. Desvantagem:

5.1.4.2.1. Não permitem a abertura/fechamento parcial horizontalmente (apenas verticalmente) da entrada direta de iluminação;

5.1.4.2.2. Não permitir abertura total do vão quando o recolhimento se dá em frente à esquadria;

5.1.4.2.3. Especifica apenas para cobertura de grandes dimensões.

5.1.4.3. Estimativa de custo:

5.1.4.3.1. Por R\$ 129,55, site: <https://vogaflex.com.br/painel-tecido-translucido/persiana-painel-translucido-branco>

5.1.4.3.2. Por R\$ 218,12, site: <https://shop.sunlux.com.br/cortina/painel/painel-translucida/cortina-painel-prestige-bege>

5.1.4.3.3. Por R\$ 281,60, site: <https://www.persianet.com.br/cpainel/tecido-translucido/cortina-painel-natural-tecido-translucido-colecao-tj-cor-2606-p>

5.1.5. Solução 5: Aquisição de Voil

5.1.5.1. Vantagens: são tecidos leves (voal ou voil) ou encorpados sustentados verticalmente por um trilho horizontal e que se agrupam lateralmente ao serem retraídos, permitindo abertura de até 80% e fechamento total;

5.1.5.2. Desvantagem: Sem níveis intermediários de fechamento, exceto quando combinados diversos tipos de tecidos em camadas com trilhos duplos ou triplos.

5.1.5.3. Estimativa de custos:

5.1.5.3.1. Cortina Voil Branca 1,40x2,80m 1 Folha Inspire R\$ 93,90 /cada

5.1.5.3.2. Cortina Bali Prega Off White 2,80x2,30m 2 Folhas Inspire R\$ 999,90 /cada

5.1.5.3.3. Cortina Blackout Colors Bege 2,00x1,30m 2 Folhas Inspire R\$ 111,90 /cada

5.1.5.3.4. Site: <https://www.leroymerlin.com.br/cortinas-para-sala/tipo-de-material/Voil>

5.2 SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Considerando os aspectos apontados no tópico anterior, a Equipe de Planejamento entende que a Solução 3 do Item V — Persianas com instalação é a mais viável e adequada para atender a presente demanda, conforme justificativa abaixo:

5.2.1. A instalação depende de expertise o que não poderá ser suprida pelo próprio tribunal, que não conta com pessoas habilitadas para tal;

5.2.2. O custo-benefício das persianas com instalação será a melhor solução.

VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]

6.1. A descrição completa da solução escolhida será realizada no Termo de Referência.

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

Necessidade inicialmente estimada em 500m² (id 4695870). Na última apuração, conforme item 4.2.1, verificamos a necessidade de 548m². Este valor ainda está sujeito a algumas alterações como indicado no item 4.3.

Custo estimado de R\$ 125,00/ m² (baseado na última contratação Processo SEI 2022.0.000047844-0 – Fornecedor IJS Cortinas, id's 3602437 e 3613588).

Estimativa para esta contratação R\$ 62.500,00.

VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]

8.1. O objeto será parcelado em 8 itens devido a localização dos imóveis no Estado do RJ (regionalização), propiciando, ainda, aumento da competitividade;

8.2. Os itens serão adjudicados individualmente aos licitantes vencedores.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]

9.1. Proporcionar condições de trabalho para que os servidores e demais colaboradores desenvolvam suas atribuições;

9.2. Conservação do patrimônio público, uma vez que a incidência direta e continuamente dos raios solares prejudicam não só a saúde dos servidores e colaboradores e eleitores, mas também de mobiliários e equipamentos, pois podem causar manchas, descolamento de laminados, superaquecimento de computadores, dentre outros problemas.

X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]

10.1. Os demais requisitos serão especificados no Termo de Referência;

10.2. Sugerimos, SMJ, não compartilhar a presente aquisição com outros órgãos/entidades da Administração pública devido a especificidade da contratação, pois a execução do objeto requer conhecimento prévio das características arquitetônicas e estruturais das unidades do TRE-RJ, o que dificulta a padronização e o aproveitamento da ata por outros entes públicos.

XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]

11.1. Haverá necessidade de acesso junto às janelas, assim como eventual remoção ou afastamento de mobiliário, divisórias ou canaletas de instalações elétricas. Contudo, dado o baixo impacto das atividades de instalação e desinstalação de persianas, em muitos casos elas podem ser realizadas sem interrupção das atividades dos servidores.

XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. Não será necessária competência específica para a fiscalização do contrato em questão.

XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]

13.1. Não foram identificados critérios de sustentabilidade para a presente aquisição.

XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade pregão, com a adoção do procedimento auxiliar de registro de preços, sob a forma eletrônica, e do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/2021.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]

15.1. A equipe de planejamento da contratação conclui ser viável a aquisição dos materiais aqui elencados.

XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

16.1. Trata-se da documentação preparatória para licitação. Deve ter acesso restrito até a publicação de Edital de Licitação (Hipótese legal: Art 7º, da Lei 12.527/2011)

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025

MARCELO FERNANDES SOARES LEITE
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 10/12/2025, às 17:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENEE ROCHA FIUSA
CHEFE DA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE EQUIPAMENTOS



Documento assinado eletronicamente em 11/12/2025, às 12:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 16/12/2025, às 16:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RICARDO LOUREIRO PINTO
ANALISTA JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 16/12/2025, às 17:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4758498** e o código CRC **F67ECC4E**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
